“Brasilianista” – Que é isso?

Ralph Della Cava*

Recordações de um dos ‘brasilianistas’ sobre formação destes na *Columbia University,* de Nova Iorque, nos anos sessenta do século XX.

“Men resemble their times more than they do their fathers”
(“Os homens se assemelham aos seus tempos mais do que aos seus pais”)
Antigo Provérbio Árabe

No transcorrer de uma boa parte dos meus cinquenta anos como estudioso do Brasil, tive que lidar com o apelido de “brasilianista”. Enunciado ora por brasileiros com nuance de crítica, ora com limitada compreensão por acadêmicos norte-americanos de outras disciplinas, mas quase sempre com inicial curiosidade da parte de todos.

Então, que é um “brasilianista”; como e quando ele surgiu?

Vamos propor uma definição preliminar, rudimentar: Entendemos por ‘brasilianista’ o estudioso estrangeiro que se dedica a conhecer e pesquisar o Brasil e eventualmente publicar sobre ele.

Nesse caso, digo com absoluta certeza, que sempre existiram ‘brasilianistas’. A quem cabe a honra de ser o primeiro? – Vicente Yáñez Pinzón, o Pêro Vaz de Caminha, o Américo Vespucci? Não esquentem a cabeça: logo em seguida, estes vinham acompanhados por franceses, alemães, holandeses e ingleses. Nos últimos decênios não faltaram curiosos húngaros, polacos, ucranianos e russos; libaneses, sírios e turcos; argentinos, bolivianos e chilenos, mexicanos, paraguaios e uruguaios; coreanos, japoneses e agora chineses.

* Professor da Universidade de Columbia.

E norte-americanos? Com certeza, mas com características mui especiais.

Desde logo, pela primeira vez (em torno dos anos 1970) se lhes atribuiu, de maneira quase 'exclusiva', o apelido de "brasilianista".

Em segundo lugar, eles não eram nem descobridores, nem imigrantes, nem exilados políticos, e muito menos meros curiosos: a grande maioria se compôs de jovens doutorandos de universidades norte-americanas.

Em terceiro lugar, começaram a vir ao Brasil, onde moraram nos inícios dos anos sessenta do século XX e, já nos finais da mesma década, passaram a publicar os seus escritos principalmente em inglês e nos Estados Unidos.

Durante sua estada no Brasil, se chamavam a si mesmos simplesmente 'doutorandos', até 'doutores' (mesmo ainda não o sendo), pós-graduandos ou simplesmente estudantes. Mas, logo que saíram à luz os seus achados sobre o Brasil e os brasileiros, colou-se-lhes o apelido. Tornaram-se, então e mesmo depois, (bem, pelo menos, por um meio século) "brasilianistas".

***

É obscura a origem do termo[1]. Mesmo assim, não foram eles que se chamaram dessa maneira. Como os antigos gregos apelidaram de "bárbaros" os de outras falas, e o próprio Cristóvão Colombo chamou de "índios" os nativos do Caribe, deveu-se a um "outro", no caso o brilhante jornalista brasileiro, o dom de nomear a sua criação: no número 168, de 24 de novembro 1971, da revista *VEJA*, foi Elio Gaspari quem designou de 'os brasilianistas' a turma desses novos doutores.

[1] Uma referência-chave para precisar a data da possível origem do termo entre os norte-americanos se encontra no artigo de C. Harvey Gardiner sobre o primeiro tradutor norte-americano de *Os Sertões*, intitulado «Samuel Putnam, Brazilianist», *Luso-Brazilian Review*, 8:1 (Summer 1971), pp. 103-114. Mas, foi em outubro do ano anterior, que o mesmo autor apresentou um trabalho preliminar sobre Putnam no *Duquesne History Forum* em Pittsburgh, Pennsylvania. Uma pesquisa sobre títulos nas revistas acadêmicas sobre América Latina não mostra nenhuma menção de 'Brazilianist' ou 'brasilianista'. Uma das primeiras referências notórias no Brasil apareceu no número 168 da revista *VEJA* de 24 de novembro de 1971. Ela será examinada em seguida no texto deste artigo e nas notas de rodapé.

Elio Gaspari tampouco foi o primeiro brasileiro a invocar o apelido[2]. Mas, foi ele quem o fez virar manchete. Na capa do referido número apareceram quatro vultos da história nacional – desde Tiradentes a Getúlio – e acima de suas cabeças foram escritas as suas mais memoráveis frases - em inglês! O título da matéria soou o alarme: **«*A História do Brasil, escrita nos Estados Unidos*».**

À primeira vista, o artigo poderia ser interpretado como um grito anti-imperialista; ou, no mínimo, um brado de ressentimento (como sugeriu o grande historiador e Diretor do Arquivo Nacional, cassado pelo golpe militar de 1964, o saudoso José Honório Rodrigues), por terem os norte-americanos tido acesso aos arquivos aos quais os próprios brasileiros não tinham[3].

Levou quase meio século para o termo libertar-se da "resistente tendência – ['revigorada' em 1968 e 1969 pelo "golpe dentro do golpe" militar] – em identificar o brasilianismo como braço do Estado norte-americano, preparado para fornecer informações úteis à dominação política e econômica". Já pelos anos 1990, segundo um dos pioneiros de estudos sobre os brasilianistas, o historiador uspiano, Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, o termo vinha sendo reequacionado e requalificado. E ainda mais, segundo ele, o convívio tanto pessoal como profissional entre brasilianistas e brasileiros, "têm amainado as irritações que passam a compor comportamentos cada vez mais irrelevantes[4]".

Mesmo assim, parece prevalecer até hoje o juízo de José Honório Rodrigues, o qual foi reforçado categoricamente pelo filósofo gramsciano, Nilo Odália, de que os brasilianistas "não pertencem à historiografia brasileira, mas à historiografia norte-americana sobre o Brasil[5]".

Seja como for, é discutível se o artigo de Elio Gaspari teria a intenção de levantar tanta polêmica interamericana. Uma leitura cuidadosa

---

[2] Segundo o 'livro de depoimentos' de várias gerações de 'brasilianistas' compilados pelo historiador brasileiro, Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, *A Colônia Brasilianista: história oral de vida acadêmica* (São Paulo: Nova Stella, 1990), o termo já apareceu, possivelmente pela primeira vez, em 1934, e durante e após os anos quarenta do século XX, assumiu um cunho "afável". Embora, a partir dos anos 1960, e especialmente depois da Revolução Cubana de 1959, é que os norte-americanos foram vistos como «suspeitos de compromissos duvidosos, tecidos entre o uso da pesquisa e sua aplicabilidade política» (p. 37).

[3] Gaspari (1971), p. 38.

[4] Sebe Bom Meihy (1990), pp. 40-41.

[5] *Ibid.,* p. 41.

revela que o alvo de sua crítica era por um lado o descuido do patrimônio arquivístico do País e, por outro, a falta de linhas inovadoras de pesquisa e a taxa relativamente minguada da produção histórica e historiográfica pela academia brasileira.

***

Tanto a intenção do artigo de Elio Gaspari como a polêmica que este desencadeou continuam a merecer investigação aprofundada.

De meu ponto de vista, será também meritório indagar sobre o contexto em que surgiram os brasilianistas. Sendo eu um deles, que se formava na *Columbia University* entre 1960 e 1968, talvez pudesse trazer à luz alguns elementos até agora pouco apreciados, (sempre me restringindo a minha própria experiência).

Antes de 1960, a Columbia não foi nem o único nem o maior centro de estudos latino-americanos nos Estados-Unidos. Na Universidade de Stanford, na da Califórnia em Berkeley e nas do Texas em Austin e da Flórida em Gainesville se cultivavam de longa data, por exemplo, estudos históricos, demográficos e de comércio, além de etnográficos sobre as sociedades indígenas. Enfocaram principalmente a era colonial espanhola e, sobretudo, a circunscrita geograficamente aos territórios pertencentes ao México e que foram posteriormente incorporados aos Estados Unidos.

Na Columbia também prevalecia um interesse pelo México. Mas, no caso, pelo México moderno, o de Lázaro Cárdenas para frente. Devia-se isto ao verdadeiro sábio, o Professor Frank Tannenbaum, que se tornou amigo daquele presidente e defendia entre os norte-americanos tanto a Revolução Mexicana como a nacionalização do petróleo. Em torno do mestre se reuniam uma vez por semana não só alunos e professores, mas também políticos e literatos latino-americanos que estavam de visita a Nova Iorque. No cardápio da "tertúlia" não faltavam chimarrão e *yerba* mate. Assisti só a uma dessas reuniões em 1961, quando Eduardo Frei Montalvo, então chefe do Partido *Demócrata Cristiano* de Chile e depois presidente da república, foi o hóspede convidado.

***

Naquele mesmo ano houve duas mudanças-chave: o Professor Tannenbaum se aposentou e o notável antropólogo, Charles Wagley, foi

nomeado diretor. A missão deste era de estabelecer um instituto de estudos latino-americanos[6]. Serviram de modelo os institutos "russos" e "soviéticos" das universidades Columbia e Harvard, criados no auge da Guerra Fria. Neles, os alunos tiveram que estudar línguas, história, literatura, economia e outras matérias relacionadas com a "área" (ou seja, a região ou país do mundo) em que se especializava.

Não é de estranhar-se que a nomeação de Wagley coincidia com a maciça resposta das fundações e agências governamentais norte-americanas à Revolução Cubana. A Fundação Ford decidiu patrocinar dez institutos iguais por um prazo de dez anos. Ao mesmo tempo o *Social Science Research Council* e eventualmente a Fundação Tinker proviam bolsas substanciais para as pesquisas sobre América Latina por candidatos da pós-graduação. Em seguida, o Congresso Norte-Americano estabeleceu o *National Defense Education Act* que pela primeira vez direcionava verbas federais diretamente às universidades para bolsas de estudos das áreas "críticas" do mundo.

Alguns anos depois, a lei foi ampliada para abranger o ensino de "línguas estratégicas", eventualmente incluindo o português. (Eu fui um dos beneficiados por essa lei. Mas em 1963 tive de inscrever-me num curso elementar de português de três meses na *New York University*, porque a Columbia ainda não o oferecia).

Mais dois fatores fizeram com que o Instituto de Estudos Latino-americanos (ILAS)[7] se tornasse um dos centros-chave de formação de futuros "brasilianistas". O próprio Wagley realizou boa parte de sua carreira no Brasil, pesquisando as sociedades indígenas no início e, depois, a própria sociedade brasileira. E o fazia com freqüência em colaboração com os maiores estudiosos brasileiros. Como fariam muitos dos brasilianistas de décadas posteriores, casou-se com uma brasileira. Ele mesmo confessou: "só não nasci no Brasil, mas seria impossível pensar na minha história de vida sem colocar os dias brasileiros como o centro de gravidade de minha existência". Fez muito para transmitir este amor aos seus alunos e

---

6 Veja a autobiografia de Wagley, compilada por Sebe Bom Meihy (1990), pp. 61-77, e da qual todos os dados subsequentes sobre ele são tirados, não tendo indicações em contrário.

7 Originalmente, o instituto se chamava: Instituto de Estudos Latino-americanos e Ibéricos, em inglês: *The Institute of Latin American and Iberian Studies* (ILAIS); a mudança no nome ocorreu quando os "ibéricos" se incorporam no instituto de línguas e literatura ibéricas. No presente texto, se usa simplesmente 'o instituto'.

orientandos. Sem prejudicar nenhum doutorando, encorajava e privilegiava os que escolhessem escrever as suas teses sobre o Brasil.

É notável que Wagley promovesse esta guinada sem ter no início mais do que quatro ou cinco colegas na Columbia dispostos a integrar-se ao ensino sobre o Brasil (entre eles, o Mestre de História Colonial da América Latina, Lewis Hanke, meu próprio orientador, e considerado o 'fundador' de estudos latino-americanos modernos; o geógrafo Kempton Webb; o antropólogo Marvin Harris; e dois economistas que trabalharam no Nordeste brasileiro, Albert Hirschman e Stefan Robock).

Se não fossem por uma série de professores visitantes no início – Robert Alexander, cientista político, que veio em 1961 ou 1962; Raymond Sayers, literatura e língua portuguesa, no verão de 1963; Stanley Stein, historiador, em 1965 – o 'brasilianismo' não teria sido tão atraente aos doutorandos.

Mas, lá pelo ano de 1966 ou 1967, reuniu-se um corpo docente permanente, composto de acadêmicos de renome e dedicados a assuntos brasileiros. Contavam-se dentre eles: o historiador E. Bradford Burns; os cientistas políticos Douglas Chalmers e Ronald Schneider; mais um professor de economia, Nathaniel Leff; os professores de literatura brasileira e língua portuguesa, Gregory Rabassa e Raymond Sayers.

O próprio Wagley, além de lecionar sobre sociedades indígenas, introduziu em 1963 um curso sobre a cultura contemporânea do Brasil; cujas aulas eventualmente compuseram seu livro clássico, publicado em 1971, *An Introduction to Brazil*. (Foi, coincidentemente, o único curso de antropologia em que me inscrevi na minha vida. E foi nele que soube pela primeira vez do Padre Cícero. Após ter escrito um ensaio sobre ele, foi o próprio Wagley que me incitou a fazer a tese com estas palavras: – *"Della Cava, vá a Joaseiro e conte essa história!").*

Uma das fortes razões pela qual a Columbia tornou-se verdadeiro viveiro de estudos brasileiros, foram os cursos oferecidos por professores e intelectuais propriamente brasileiros[8]. Assim como a Revolução Cubana,

[8] Devo a Roberta Marx Delson o meu sincero agradecimento pelo empréstimo do ainda inédito relatório, "Report on the Columbia University Seminar on Brazil (1968-1990)". Dele recolhei muitos dados, nomes de alunos e professores da época, e outros pormenores que cito nas páginas seguintes deste texto. Escrito pela Professora Delson, com a ajuda do Professor Irwin Stern e Frances Elizabeth Rand, uma oficiala da *U.S. Army Intelligence Unit*, em Fort Bragg, North Carolina – na época, todos pertencentes aos primeiros membros do seminário – o relatório de Delson é um documento precioso, que faz a transformação de supostas efemérides em duradoras âncoras de um processo histórico, vital e institucional.

que pôs a América Latina na mira da política internacional; igualmente, foram o golpe militar no Brasil em 1964 e o endurecimento do regime pós-1968 que tornaram pequeno riacho de exilados num rio de mestres errantes que despejavam as suas riquezas na margem esquerda do Hudson. Celso Furtado chegou de passagem, rumo à Sorbonne, como também o perseguido industrial nacionalista, Fernando Gasparian.

Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Pedro Pinchas Geiger e Afrânio Peixoto estavam entre os primeiros a dar cursos. Outros velhos amigos de Wagley, como o gentil e generoso Thales de Azevedo, foram também convidados. Com a posterior criação de uma cátedra permanente e anual pela Fundação Tinker, reservada no instituto principalmente aos brasileiros, chegaram a ocupá-la Alberto Dinis, Elio Gaspari, Silviano Santiago, José Arthur Giannotti e um sem número de outros talentos.

Se foram brasileiros que formaram brasilianistas, foram o "peso estratégico" de brasilianistas que moravam na área metropolitana de Nova Iorque e o desenvolvimento da fase mais cruel e repressiva do golpe militar a partir de 1968 e 1969 que ajudaram a transformar a Columbia num grande centro nacional de estudos e pesquisas sobre o Brasil.

Começou modesta e quase imperceptivelmente. Surgiu como um típico seminário avançado para mestrandos e doutorandos. Foi organizado pelo recém-chegado sucessor de Lewis Hanke, o professor de história brasileira, E. Bradford Burns.

Isso foi em 1968: ano fatídico!

Na medida em que o Brasil parecia precipitar-se numa ditadura sem piedade, dezenas de alunos e professores da região nova-iorquina congregavam-se no referido seminário. Trocavam idéias, boatos e palpites sobre o que estava acontecendo e o que se passava com seus amigos e colegas no Brasil.

Lembro-me de uma tumultuada reunião em 1971. Nela, proferiu um discurso o ex-deputado e grande jornalista, Márcio Moreira Alves. Exilado no Chile, fluente em inglês, orador sem par, manteve na palma da mão a platéia que se pendurava das janelas e se sentava nos corredores. Logo depois, 'Marcito' saiu de Nova Iorque numa 'tournée' pelas universidades de costa a costa, promovendo entre universitários norte-americanos interesse no destino democrático do Brasil – e pelos estudos brasileiros.

Também, nesta mesma época, os primeiros brasilianistas estavam a terminar o trabalho de campo e voltavam aos Estados-Unidos. Quase todos foram convidados, numa ou noutra oportunidade, a apresentar no

seminário da Columbia os resultados de suas pesquisas. Seus nomes, hoje, constituem uma lista dos mais conhecidos "brasilianistas" das primeiras duas turmas dos anos 1960. Suas palestras, frequentemente brilhantes, atraíram alunos de sucessivas gerações.

Além disso, muitos deles iriam prestar importante contribuição na luta pela redemocratização: Kenneth Maxwell ajudou a esboçar as resoluções decisivas que foram aprovadas em favor da "redemocratização" no congresso da LASA (*Latin American Studies Association*) em 1979; o saudoso Robert Levine ajudou na organização da 'Turma da Moon Palace' – um grupo de professores militantes que se encontrou num restaurante epônimo e se dedicou à realização de uma série de "*Teach-Ins*" (uma espécie de assembleias educativas sobre acontecimentos atuais, no caso, a campanha pelas 'diretas já').

Foi tal o sucesso crescente do seminário, que já em 1976 ele foi incorporado ao elenco dos prestigiosos "Seminários Universitários" da *Columbia University*. Fundados por Frank Tannenbaum em 1945, tais encontros mensais tiveram a missão de reunir acadêmicos da inteira região metropolitana e às vezes nacional, engajados no estudo profundo de um único tema. O Brasil cabia naturalmente nesse original e ambicioso quadro.

Por quase vinte anos, o Seminário Universitário sobre o Brasil se mantinha, sim, entre os mais prestigiosos da Columbia. Às vezes, experimentaram-se altos e baixos quanto ao número de participantes. Mas, agora que o Brasil faz parte dos BRICS e a sua posição no sistema capitalista mundial lhe está abrindo novas opções tanto domésticas como no campo internacional, registra-se sempre maior afluência de participantes e, sem dúvida, de futuros 'brasilianistas'.

***

Que o auge de estudos brasilianistas nos Estados Unidos se devesse à aproximação crescente entre a academia e os objetivos da política externa do governo dos Estados-Unidos – tese comum no início dos anos 1960 – isso foge duma realidade até agora pouco percebida. Até, diria, que a dita insistência, se não toca a face da verdade, ela ofusca a natureza do alunado que foi atraído pelo 'brasilianismo'. Em vez de 'defensores' da política do governo dos EE. UU. na América Latina, eles desfilaram entre os mais agudos críticos daquela política.

A meu ver, os 'brasilianistas' dos anos 1960 poderiam ser enquadrados senão como 'precursores' dos jovens rebeldes de 1968, pelo menos como antecessores, próximos destes em espírito político. Tiveram um pé na prosperidade norte-americana do pós-guerra – a que lhes providencia bolsas e oportunidades de estudo à beça – e outro na inquietação moral e intelectual que vinha sendo fermentada contra a Guerra do Vietnam e se afirmando com a aproximação de 1968.

Como é que se deu essa realidade, sem dúvida mais verossímil de que aquela suposta?

Alguns desses antecessores estiveram viajando pela América Latina antes de entrarem na pós-graduação. Puderam testemunhar com seus próprios olhos os contrastes de classe social, as tensões raciais, a distribuição de renda desigual, a falta de indústria nacional, a dependência de produtos importados (desde pneus *'Firestone'* a sapatos *'Clark'*), e a pesada influência norte-americana nas políticas internas e externas das 'repúblicas-irmãs'. Com a inauguração do Corpo de Voluntários da Paz, uma arma dentro da política da 'Aliança para o Progresso' do governo de John F. Kennedy, que pretendia mostrar a sua face liberal e marcar o fim do apoio aos governos ditatoriais do hemisfério, numerosas levas de voluntários voltaram aos EE.UU. 'conscientizados' pela realidade experimentada de primeira mão.

De fato, essa "geração precursora" da de 1968 abraçava a luta de seus pares no continente contra os governos ditatoriais apoiados até então pelo Departamento de Estado. Na *Columbia University*, estávamos conscientes do assassinato em 1956 de Jesus Galindez, jornalista espanhol e instrutor de Direito Internacional, que denunciou o ditador dominicano, Rafael Trujillo. O assassinato deste, em 1961, foi recebido com júbilo (ao passo que a intervenção norte-americana na ilha, em abril de 1965, foi repudiada pelo *campus* numa campanha de abaixo-assinados, liderada pelo historiador e brasilianista, Peter Eisenberg). Dois livros da época captaram a expectativa de todos nós: o de 1959, de Tad Szulc, jornalista do *New York Times*, intitulado *The Twilight of the Tyrants* (O crepúsculo dos tiranos); e o de 1963, por John Gerassi, sublinhava, no próprio título, *The Great Fear in Latin America* (o grande medo na América Latina; no Brasil foi publicado como *A Invasão da América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965), que se referia ao tipo de mudança que poderia acontecer. Na medida em que "a estrutura social e econômica [da região] é

decadente, corrupta, imoral e em geral não resgatável", ele achava 'óbvia' a vinda de mudanças. Mas, se os Estados Unidos as apoiaram só para se apropriar de seus recursos naturais para si próprios, arguiu Gerassi, então a revolução latino-americana será contra os EE.UU.

Será que a Revolução de Cuba provava a tese? O desafio que a vitória fidelista ergueu contra a secular política intervencionista dos Estados Unidos no Caribe manteve grande apelo entre os alunos da Columbia, mesmo depois da crise dos mísseis em outubro de 1962. Para os futuros brasilianistas havia a impressão de que uma revolução parecida iria estourar no Brasil. Assim sugeria a reportagem do grande jornalista e romancista brasileiro, Antônio Callado.

A série, publicada em livro em 1960 como *Os industriais da seca e os 'galileus' de Pernambuco*: *aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*, narrava não só as brigas entre os 'donos da terra' e os lavradores, mas também entre as duas entidades competidoras na organização do campesinato[9].

Lembro-me de que, quando cheguei ao interior do Ceará nos anos 1963 e 1964 para prosseguir com a minha pesquisa sobre o Padre Cícero, a briga entre os Sindicatos Rurais, apoiados pela Igreja Católica, e as Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião, era de tal modo acirrada que me pôs sob suspeita diante de pessoas que mal puderam entender por que um Norte-Americano viera estudar o milagre de Joaseiro. E entendíamos mal, nós, estrangeiros e brasileiros, como a esperada revolução – que se dizia impulsionada pela Esquerda – "nunca foi" (como acerta o título do livro de Joseph Page *The Revolution that Never Was*).

Ao invés de Revolução, veio o Golpe Militar em 1964.

Se um bom número de brasilianistas criticara a política do Departamento de Estado para a América Latina, ainda mais veemente foi sua condenação ao regime militar no Brasil. Na verdade, seu grito contra a repressão e a tortura só se ouviu com toda a clareza a partir de 1969[10]. Em Nova Iorque, um grupo de acadêmicos, doutorandos, jornalistas e políticos, composto de brasileiros e brasilianistas, se formou e, com o

---

[9] Ver Aspásia Brasileiro Alcântara Camargo, *As Ligas Camponesas e o Movimento Camponês no Nordeste*, (Tese de Doutorado, Universidade de Paris, cerca de 1968).

[10] A história está contada em James N. Green, *Apesar de Vocês...* (São Paulo: Companhia das Letras, 2010) e no livro *Ditadura Derrotada*, por Elio Gaspari (São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

apoio do Conselho Nacional das Igrejas dos EE. UU., organizou uma rede nacional de pressão diante do Congresso, dos meios de comunicação e das próprias instituições e associações acadêmicas. Tal pressão permaneceu ativa durante a campanha pela redemocratização e por mais alguns anos após a declaração da anistia em 1979.

Enquanto a luta pelos direitos humanos crescia no Brasil sob o patrocínio de líderes religiosos, advogados e jornalistas, o Instituto latino-americano (ILAS) e os ministros religiosos de vários credos acolhiam no *campus* da Columbia um 'minisseminário' sobre religião, sociedade e direitos humanos. Ele precedeu de alguns anos (e, talvez, contribuiu para) à fundação do Programa de Direitos Humanos, ligado à Faculdade de Direito e a várias outras faculdades.

***

Os jovens rebeldes de 1968 foram igualmente duros, como alguns brasilianistas, na sua crítica contra o seu próprio governo. Exigiam que a Columbia cortasse suas ligações com todos os projetos federais de pesquisa e com o financiamento que os sustentava (como foi o caso do Projeto *Camelot* sobre Chile de 1964 e 1965). Também denunciaram a discriminação racial contra afro-americanos, cuja presença esparsa na universidade deixou muito a desejar. Estes com os seus aliados 'brancos' ocuparam um prédio e impuseram suas reivindicações: além de aumentar matrículas, insistiram na criação de programas de estudo e pesquisa sobre o passado e o presente de sua própria história. Hoje em dia não há uma universidade sem o seu programa de estudos afro-americanos!

Não é de causar surpresa que nessa luta antirracista, os brasilianistas estivessem presentes desde o início. Warren Dean, pioneiro de estudos sobre a industrialização, a expansão agrícola e a ecologia brasileiras, não suportava o preconceito contra afro-americanos. Sua condição de 'cidadãos de segunda classe' ele a testemunhou na cidade de Miami, onde passou parte de sua juventude. Em 1961, a economista Laura Randall fazia parte dos primeiros *"Freedom Riders"*, gente de diversas cidades do país que viajava de ônibus lotado para o sul, e juntando-se ao lado dos contemporâneos afro-americanos, entravam em edifícios públicos e restaurantes com a finalidade de "dessegregá-los"[11]. Outros brasilianistas participaram da

[11] Segundo Raymond Arsenault, *Freedom Riders 1961 and the Struggle for Racial Justice*

célebre 'Marcha a Washington' em agosto de 1963, quando o Rev. Martin Luther King proferiu o seu mais famoso discurso, *"Eu tive um sonho"*.

O movimento pelos direitos civis dos afro-americanos era apenas o aspecto mais visível de correntes que visavam ao desmoronamento dos privilégios de poucos e o acesso de todos às universidades "de elite" por competência e mérito intelectual. No caso da Columbia – de raízes históricas protestantes – pessoas de etnia judaica haviam sido submetidas a uma política secreta de *"numerus clausus"*; finalmente, só no pós-guerra é que conseguiram matricular-se e obter cargos docentes sem impedimentos[12].

Por várias razões, o processo da 'aceitação' dos católicos ocorria de modo mais lento; embora a eleição de John F. Kennedy em 1960, primeiro presidente católico, tenha ajudado a acelerá-lo.

A presença de mulheres nos estudos brasileiros manifestou-se a partir dos anos 1960. Isso correspondia, por uma parte, à força política dos movimentos feministas. Por outra parte, ela se insere no aumento do número de mulheres que atualmente chega a compor até mais da metade do contingente de inscritos nas universidades norte-americanas. Um olhar para a profissão mostra a alta incidência de mulheres em todos os níveis da vida universitária, das associações profissionais, das fundações e dos centros analíticos quer governamentais, financeiros ou privados.

Tais precedentes – logrados em muitas instâncias por lutas políticas da 'geração precursora' de 1968 – transformaram a Columbia de tal modo que as suas portas estão abertas hoje a todos na base da competência e do mérito, e sem discriminação nacional, racial, étnica ou religiosa.

(Oxford University Press, 2006), 196 dos 436 participantes em 1961 nasceram no sul dos EE.UU., e um pouco mais da metade eram Afro-Americanos (p. 587). (O autor agradece à colega Laura Randall pela referência a esta fonte).

[12] Segundo o historiador David Oshinsky, ao escrever sobre Jonas Salk, em *Pólio: An American Story* (Oxford University Press, 2006), "A maioria das escolas médicas (de Cornell, Columbia, Pensilvânia e Yale) tinham quotas rígidas aí estabelecidas. Em 1935, Yale aceitou 76 candidatos de um conjunto de 501. Cerca de 200 desses candidatos eram judeus e apenas cinco entraram". Ele observa que as instruções do Reitor eram notavelmente precisas: "Nunca admitir mais de cinco Judeus, aceitar apenas dois Católicos Italianos, e não acolher nenhum negro de nenhuma maneira". Em consequência, Oshinsky acrescentou: "Jonas Salk e centenas como ele" foram matriculados em seu lugar na Universidade de Nova York. De acordo com o verbete da Wikipedia sobre "*Numerus Clausus*" nos Estados Unidos, "... Católicos, Afro-americanos, Europeus do Leste e do Sul e mulheres [juntamente com estudantes judeus] foram também alvo de restrições de admissão. Afro-Americanos, nalguns casos, foram completamente excluídos (*numerus* nulo) de admissão: *e. g.,* na Universidade de Columbia".

***

Termino aqui com a tarefa a que me propus no início: recordar o contexto em que surgiram os estudos brasileiros. Olhávamos para os seus agentes, os 'brasilianistas', da *Columbia University* na primeira metade dos anos 1960 e compartilhávamos a nossa percepção sobre os mesmos, na esperança de contribuir em algo até agora inédito a respeito de tais lembranças. Se estive à altura desse desafio, cabe a outros julgarem.

Há, todavia, uma questão que quero deixar às gerações de brasileiros e brasilianistas por vir: como se deve avaliar a contribuição dos brasilianistas à historiografia do Brasil? Será ela boa ou ruim; pertinente ou irrelevante; integrada ou alienada?

Pergunto-me ainda: teria razão o saudoso José Honório Rodrigues ao declarar que a produção dos brasilianistas pertence somente à historiografia do Brasil – *nos Estados-Unidos*?[13]

NOTA: A revisão final do presente texto foi feita por Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

[13] José Honório Rodrigues, "Os estudos brasileiros e os 'Brazilianistas' ", *Revista de História* (USP), 54-107, jul-set, (1976): 189-210.
Ver também Bobby J. Chamberlain, "Through Eagle Eyes: U.S. Brazilianists and their Relationship to Brazilian Literature", *Hispania (USA),* 74:3 (Sept. 1991), 604-609; Piers Armstrong, "The Brazilianists' Brazil: Interdisciplinary Portraits of Brazilian Society and Culture", *Latin American Research Review,* 35:1 (2000), 227-242; Paulo Roberto de Almeida, Os Estudos sobre Brasil nos EE.UU.: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra", *Estudos Históricos*, 27 (2001), 31-61; *Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*, Rubens Antônio Barbosa, Marshall C. Eakin, Paulo Roberto de Almeida, (organizadores), (São Paulo: Paz e Terra, 2002), [a versão em inglês é: Envisioning Brazil : a guide to Brazilian studies in the United States, 1945-2003, edited by Marshall C. Eakin and Paulo Roberto de Almeida, (Madison: Wisconsin University Press, 2005); e Paul Drake and Lisa Hilbink, "Latin American Studies: Theory and Practice", The Politics of Knowledge: Area Studies and the Disciplines (UCLA, San Diego and the University of Minnesota: 2003), UCIAS No. 3, obtido on-line em: *http://repositories.cdlib.org/uciaspubs/editedvolumes/3/2*